

## **Petróleo nosso , apesar das forças poderosas**

Getúlio Vargas foi um dos principais protagonistas, no século 20, da luta por um modelo autônomo de desenvolvimento para o Brasil, e um dos capítulos centrais desse esforço foi o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás, resultado dos debates entre nacionalistas e entreguistas nas décadas de 1940 e 1950. Embora nem sempre com uma posição abertamente antinorte-americana, o saldo final do governo Vargas pende inequivocamente para a defesa dos interesses nacionais, posição nacionalista que o ainda candidato à presidência da República manifestou em entrevista ao jornal Folha da Noite, em julho de 1950, onde também fez uma avaliação realista das enormes dificuldades e resistências que enfrentaria. "O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica e, nesse sentido, farei tudo para consegui-la. Cuidarei de valorizar o café, de resolver o problema da eletricidade e, sobretudo, de atacar a exploração das forças internacionais. Elas poderão, ainda, arrancar-nos alguma coisa, mas com muita dificuldade. Por isso mesmo, serei combatido sem tréguas."

Vargas dominava o cenário político brasileiro desde 1930, quando chegou à presidência da República à frente do levante contra a República Velha e seu cortejo de desmandos políticos e abriu caminho para substituição da velha política econômica liberal (hoje diríamos neoliberal) que mantinha o Estado alheio à vida econômica, deixada aos azares e imposições do mercado.

Sob Vargas, particularmente durante o período ditatorial de 1937 a 1945, tomou forma o modelo de desenvolvimento, mais tarde balizado de nacional-desenvolvimentista, em busca de uma nação moderna, industrial e autônoma. Projeto que herdava as teses das velhas lutas nacionalistas das décadas finais do Império e se aprofundou durante a República na luta pela industrialização do país. Ele esbarrava na resistência dos latifundiários, da oligarquia agroexportadora, da alta finança a ela ligada, e dos representantes do capital estrangeiro - todos satisfeitos com a lenda da "vocação agrícola" do Brasil, seu papel de exportador de produtos primários e importador de produtos industrializados e serviços.

Eram dois modelos de desenvolvimento que se chocavam - um voltado para a autonomia do país, outro ancorado em sua subordinação aos interesses externos; um preconizando a soberania, outro a dependência. O nacionalismo de Vargas respondia a essas demandas e também a exigências militares de autonomia nacional para a produção dos bens necessários à defesa do país - desde a indústria de bens de capital, como a siderurgia, até a auto-suficiência na produção de energia, e a criação de uma infra-estrutura capaz de fundamentar o poder militar do país.

O petróleo era - é ainda - uma peça fundamental nesse xadrez geopolítico. É "a base da economia e da defesa militar de um país", disse o general nacionalista Horta Barbosa, um dos líderes da campanha O Petróleo É Nosso, em uma reunião no Clube Militar do Rio de Janeiro em julho de 1947.

Getúlio equacionou a siderurgia e a produção de motores e caminhões no Brasil ainda durante o Estado Novo, com a criação da Usina de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores. Foi uma luta intensa contra aqueles que difundiam a lenda da incapacidade industrial do Brasil. Só um exemplo: anos mais tarde, representantes da norte-americana Ford garantiram ao presidente eleito Juscelino Kubitschek ser impossível fundir motores no clima tropical.

Garantir o controle dos brasileiros sobre o petróleo de nosso subsolo foi tarefa mais difícil e controversa. Quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, em janeiro de 1951, a campanha O Petróleo É Nosso já estava nas ruas e crescia, polarizando as opiniões. Foi a maior campanha de massas até então protagonizada pelo povo brasileiro, e dividiu as forças políticas - e militares, como não podia deixar de ser naquela época. De um lado, os nacionalistas, democratas, comunistas, que defendiam o programa nacional desenvolvimentista e a autonomia e independência do país. Do outro lado, os partidários da submissão às imposições dos Estados Unidos, e beneficiários da dependência externa.

Já em 1947, em discurso no Senado, Getúlio Vargas manifestara preocupação quanto aos "vaticínios sombrios" dos que pretendiam entregar o petróleo brasileiro à exploração estrangeira. No governo, uma de suas primeiras iniciativas foi encomendar aos economistas Rômulo de Almeida, Jesus Soares

Pereira e ao engenheiro João Neiva Figueiredo, todos da Assessoria Económica da Presidência, uma solução nacionalista para o problema do petróleo. (5) Começava a nascer a lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, que criou a Petrobrás e instituiu o monopólio estatal da exploração e do refino do petróleo – monopólio rompido pelo governo tucano e neoliberal de Fernando Henrique Cardoso em 1997.

O governo nacionalista de Getúlio Vargas enfrentou as forças poderosas que ele já havia indicado em sua entrevista de julho de 1950. Era um leque direitista e conservador que ia da oligarquia financeira aos militares de direita (os mesmos que dariam o golpe de 1964), e às pressões norte-americanas que, desde 1930, esforçavam-se para convencer os brasileiros de que não existia petróleo em seu território.



O Departamento de Estado dos EUA chegou a fazer ameaças e a convocar seus embaixadores para "ajudar as companhias americanas na obtenção de concessões estrangeiras", como Charles Rayner, conselheiro de petróleo do Departamento de Estado declarou em depoimento ao Senado americano em 1945. Em 1946, durante os debates da Assembleia Nacional Constituinte, o cidadão norte-americano Paul Howard Schoppel instalou-se no Hotel Glória, no centro do Rio de Janeiro, para pressionar os constituintes. Funcionário da Standard Oil, ele "distribuíra dinheiro e nos

corredores da Assembleia corriam as mais tétricas ameaças" contra deputados e senadores antiimperialistas.

A criação da Petrobrás foi um dos pontos altos do segundo governo Vargas, uma derrota para os conservadores e aliados do capital estrangeiro; ao garantir ao Estado brasileiro o monopólio da exploração e do refino de petróleo, ela foi também importante instrumento de intervenção estatal pelo desenvolvimento do país. Símbolo da era Vargas que Fernando Henrique Cardoso prometeu eliminar, as investidas neoliberais contra sua existência indicam que o confronto entre os dois rumos de desenvolvimento - a busca de um caminho soberano versus a dependência e a subordinação aos interesses estrangeiros - ainda não foi superado em nosso país. Na verdade, continua na ordem do dia.